



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo

Elaboração do Estatuto do Terceiro Setor

SEMINÁRIO

Seminário realizado no dia 26 de setembro de 2001, para debater a legislação existente sobre as organizações não-governamentais que atendem a interesses públicos.

Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Publicações
BRASÍLIA – 2002

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: *Afrísio Vieira Lima Filho*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretora: *Suelena Pinto Bandeira*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Nelda Mendonça Raulino*

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: *Silvio Avelino da Silva*

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – CEDI

Coordenação de Publicações – CODEP

Anexo II, térreo

Praça dos Três Poderes

70160-900 - Brasília (DF)

Telefone: (61) 318-6865; fax: (61) 318-2190

publicacoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE **Ação parlamentar** **n. 208**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) **Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.**

Elaboração do estatuto do Terceiro Setor : seminário. - Brasília: Câmara dos Deputados,
Coordenação de Publicações, 2002.
41 p. : il. - (Série ação parlamentar; n. 208)

Seminário realizado em 2001, pela Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo
para debater a legislação existente sobre as organizações não-governamentais que atendem
a interesses públicos.

ISBN 85-7365-253-5

1. Organização não-governamental, Brasil. 2. Terceiro Setor, Brasil. I. Série.

CDU 061.2(81)

ISBN 85-7365-253-5

SUMÁRIO

	Pág.
Seminário Estatuto do Terceiro Setor.....	5
Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo.....	7
Apresentação.....	9
Expositores:	
João Roncati.....	13
Jorge Eduardo Saavedra Durão.....	18
Maria Elena Pereira Johannpeter.....	21
Rubens Naves.....	24
Eduardo Szazi.....	28
Mauricio Viana.....	36

Seminário Estatuto do Terceiro Setor

Coordenadores: Deputado RUBEM MEDINA (PFURJ)
Deputado JAQUES WAGNER (PT/BA)

Expositores:

João Roncati
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Maria Elena Pereira Johannpeter
Rubens Naves
Eduardo Szazi
Mauricio Viana

Participantes:

Deputado Marcos Cintra
Deputado Jaques Wagner
Deputado Emerson Kapaz

Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo

Mesa da Comissão

Presidente: Deputado MARCOS CINTRA(PFL/SP)
Vice-Presidentes: Deputado GERSON GABRIELLI (PFL/BA)
Deputado JAQUES WAGNER (PT/BA)
Deputado SÉRGIO BARROS (PSDB/AC)

Membros da Comissão:

Deputado AFFONSO CAMARGO
Deputado ALEX CANZIANI (PSDB/PR)
Deputado ALMEIDA DE JESUS (PL/CE)
Deputado ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)
Deputado ANTÔNIO DO VALLE (PMDB/MG)
Deputado ARMANDO MONTEIRO (PMDB/PE)
Deputado AROLDE DE OLIVEIRA (PFL/RJ)
Deputado ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB/AM)
Deputado DIVALDO SURUAGY (PST/AL)
Deputado EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
Deputada ELCIONE BARBALHO (PMDB/PA)
Deputado EMERSON KAPAZ (PPS/SP)
Deputado ENIO BACCI (PDT/RS)
Deputado FRANCISCO GARCIA (PFL/AM)
Deputado JÃO SAMPAIO (PDT/RJ)
Deputado LÍDIA QUINAN (PSDB/GO)
Deputado LUIZ FERNANDO (PPB/AM)
Deputado MÁRCIO FONTES (PSDB/RJ)
Deputado MARCO CINTRA (PFL/SP)
Deputado MARISA SERRANO (PSDB/MS)
Deputado MÚCIO SÁ (PTB/RN)
Deputado NELSON PROENÇA (PMDB/RS)
Deputado OSÓRIO ADRIANO (PFL/DF)
Deputado PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)
Deputado RICARDO BERZOINI (PT/SP)
Deputado RICARDO FERRAÇO (PSDB/ES)

Deputado RICARDO FIUZA (PPB/PE)
Deputado RONALDO VASCONCELLOS (PL/MG)
Deputado RUBEM MEDINA (PFL/MG)
Deputado RUBENS BUENO (PPS/PR)
Deputado SÉRGIO RAMOS (PSDB/AC)
Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES (PMDB/MG)
Deputado WALDEMIR MOKA (PMDB/MS)
Deputado YEDA CRUSIUS (PSDB/RS)
Deputado ZILDA BEZERRA (PTB/AC)

APRESENTAÇÃO

A Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo realizou no dia 26 de setembro o seminário "Elaboração do Estatuto do Terceiro Setor" com objetivo de debater com a sociedade organizada a legislação existente sobre o tema, compará-la com a de outros países e colher sugestões para a elaboração de um Estatuto que fortaleça esse segmento.

As organizações privadas sem fins lucrativos, chamadas de terceiro setor ou simplesmente *Organizações Não-Governamentais*, desempenham papel importante no combate às mazelas sociais seculares existentes no Brasil. Totalizando mais de 220 mil instituições, suas ações estão espalhadas por todos os estados e em boa parte dos municípios brasileiros. Devido à proximidade com o público-alvo e o envolvimento da comunidade local se transformaram no grande parceiro do Poder Público.

Entretanto, o envolvimento do Terceiro Setor não encontra respaldo na legislação vigente. As regras existentes não são claras, carecem de fontes de financiamento acessíveis e não há incentivos concretos por parte do Estado. Por prestarem serviços de interesse público, essas instituições devem ser estimuladas a continuar ampliando suas operações.

Cumprindo a sua função de ouvir os anseios de setores representativos da sociedade, a Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo apresenta as principais conclusões desse seminário e deseja que este material possa interá-los da relevância do tema e que possamos contar sempre com as sugestões da sociedade no sentido de fortalecer cada vez mais essa importante área de atividade no Brasil.

Desejamos que o Terceiro Setor se consolide e continue contribuindo para o surgimento de uma sociedade mais justa e equânime. Desprezar a participação desse segmento em um momento tão crucial para o País é alimentar a injustiça e a desigualdade tão presentes no Brasil.



Deputado **MARCOS CINTRA**
Presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Vamos dar início ao seminário "Elaboração do Estatuto do Terceiro Setor", agradecendo aos expositores e aos deputados a presença, e vamos, sem maiores delongas, compor a Mesa.

Inicialmente, quero convidar para compor a Mesa o Dr. João Roncati, Vice-Presidente do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE; o Dr. Jorge Eduardo Saavedra Durão, Secretário da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; a Sra. Maria Elena Pereira Johannpeter, Vice-Presidente da ONG Parceiros Voluntários, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul; o Dr. Rubens Naves, Diretor Vice-Presidente da Fundação ABRINQ; e o Dr. Eduardo Szazi, Consultor Jurídico do GIFE.

Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar a todos e dizer que é uma satisfação e uma alegria para a Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados recebê-los nesta oportunidade. Esclareço que o objetivo deste seminário é debater a elaboração do Estatuto do Terceiro Setor. Este seminário contou com a iniciativa do Deputado Rubem Medina e trata-se, como todos sabemos, de uma das medidas mais importantes não só para regulamentar, mas sobretudo para fazer com que as entidades não-governamentais possam cumprir o papel de destaque que já vêm tendo na vida política, econômica, social e cultural brasileira.



Deputado **RUBEM MEDINA**
PFL/RJ

Este seminário surgiu basicamente da constatação de que não existe legislação coerente e completa acerca dessa importante área de atividade no Brasil. A legislação é esparsa, muitas vezes contraditória, e faz com que entidades não-governamentais, as ONG, às vezes enfrentem dificuldades enormes na continuidade e no desenvolvimento de suas operações, razão pela qual, por iniciativa do Deputado Rubem Medina, estamos realizando este seminário, cujo objetivo fundamental é discutir a legislação brasileira sobre o tema, compará-la com a legislação existente em outros países e colher sugestões para elaboração do Estatuto do Terceiro Setor.

Acredito que a sociedade brasileira, hoje mais do que nunca, se dá conta da importância e da necessidade de que essas entidades sejam fortalecidas no quadro econômico, social, político e cultural. Acreditamos que esta Comissão esteja dando importante contribuição para que os organismos mais representativos do setor tragam as sugestões, a partir do diagnóstico do setor. Com isso, nós, na Comissão de Economia, talvez possamos terminar ainda este ano a elaboração de um projeto de estatuto do terceiro setor, para o qual logicamente contaremos com o apoio de todos os Srs. Deputados que compõem esta Comissão.

Conforme esse objetivo e com essa meta, agradeço a presença a todos os presentes. Acredito que este será um seminário importante para o setor e certamente um divisor de águas, na medida em que contribuiremos para superar esse importante obstáculo, esse gargalo que muitas vezes dificulta o desenvolvimento das entidades que os senhores representam.

Quero esclarecer aos senhores convidados e também aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada, para posterior transcrição. Por isso, solicito a todos que falem ao microfone, com a devida identificação, para facilitar a identificação. É intenção da Mesa da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados publicar uma separata, em que as principais conclusões da discussão de hoje serão publicadas e divulgadas para toda a Câmara dos Deputados, para todo o Parlamento brasileiro e também para a sociedade como um todo.

Para que possamos conduzir os trabalhos da maneira mais rápida, objetiva e produtiva possível, esclareço que cada um dos senhores expositores terá quinze minutos para a exposição. Em seguida, abriremos o debate aos Srs. Parlamentares inscritos e, posteriormente, havendo condições e possibilidade de tempo, aos convidados aqui presentes.

Portanto, sem maiores delongas, passo a palavra ao Dr. João Roncati, Vice-Presidente do GIFE para Relações com o Primeiro Setor. Sua Senhoria dispõe de quinze minutos para a exposição.

O SR. JOÃO RONCATI - Antes de mais nada, gostaria de dizer, em nome do GIFE e das organizações associadas que representamos, que nos sentimos absoluta. mente lisonjeados por havermos sido recebidos por esta Casa, para falar sobre tema que para nós é extremamente importante, não só porque é objetivo de vida, embora aqui se encontrem profissionais voluntários oriundos também do setor privado e do setor público, mas pela importância que tem o setor na estrutura socioeconômica do Brasil.

A idéia é fazermos uma primeira apresentação genérica, tentando caracterizar o que é o terceiro setor, separar um pouco o que nós representamos, no terceiro setor, da idéia geral de ONG e, a partir daí, qualificar o debate. Peço um pouco de paciência caso alguns dos temas tratados sejam já do conhecimento dos que aqui estão. A idéia é que possamos homogeneizar a primeira parte do processo. A idéia é a de que o tercei- ro setor surge a partir de redefinição do próprio papel do Estado, com a mudança de cenário na história política e socioeconômica do País.

Essa evolução vem desde os primeiros tempos. No Brasil, o terceiro setor tem seu registro nas casas de ajuda portuguesas do século XVI, caminha num processo de alteração do seu papel político, como aqui demonstrado, e tem-se apresentado de for- ma extremamente organizada, como podemos ver, nos últimos sete anos, por meio das diversas organizações e suas representações e/ou associações, como o GIFE.

O novo cenário então é que, a partir da redução da polarização sociopolítica no mundo, o terceiro setor passe a atuar mais firmemente no que é uma polarização socioeconômica, e não política, ou seja, com aqueles que representam ou têm algum tipo de deficiência, seja econômica, seja de natureza específica característica de algum indivíduo, e, por algum motivo, não têm interesses ou necessidades atendidas, seja pelo setor privado, seja pelo se~ público. Esse novo cenário dá ao terceiro setor alguns espaços na sociedade e caracteriza as diversas formas de ação e está hoje concentrado nas ações de educação, consciência social, mobilização social, informação, democratização e fortalecimento de base da sociedade civil.

Nesse novo cenário há clara divisão de tarefas e, de novo, fortalecimento e caracterização do papel do terceiro setor, como eu havia dito. O primeiro setor, o Estado, age como agente regulador, portanto, a partir de recursos públicos para fins públicos.

O segundo setor, o setor privado, age a partir de recursos privados, para fins privados, como gerador de riqueza, de forma bastante específica, atuando sobre o retorno do capital investido e a partir do senso de risco.

A sociedade civil, representada, então, pelo terceiro setor, age a partir de recursos privados ou mobilizados de forma privada, para interesses públicos, num processo de intersecção entre primeiro e segundo setor, a partir dos diversos segmentos da própria sociedade civil, que se mobiliza por meio de organizações, genericamente chamadas de ONG

A sinergia entre os diversos setores da sociedade caracteriza o que é o espaço do terceiro setor. A melhor caracterização seria identificar o espaço do terceiro setor, com uma intersecção entre os três microuniversos de nossa sociedade: a própria sociedade civil, o Estado e a gestão ou iniciativa privada. Então, o papel do terceiro setor é entremear e agir no espaço aberto por ausência, por necessidade ou não-representatividade dos três demais setores.

O nosso terceiro setor, então, passa pela expansão da sua própria esfera pública, já que atende a interesses públicos, a partir da mobilização de recursos privados. Há uma virtual revolução associativa em curso, com o terceiro setor em crescimento, eu diria, geométrico hoje, no Brasil e no mundo, com organizações absolutamente estruturadas, localizadas fora do aparato do Estado, mas agindo em parceria com o Estado - nunca substituindo o Estado -, não distribuindo lucros e autogovernadas com a sua própria regulação. Envolve indivíduos num esforço voluntário - isso é fundamental dizer. O grande diferencial do terceiro setor é conseguir mobilizar o que chamamos de ação voluntariosa, talvez a única ação automotivada, e também, segundo registros na história da nossa sociedade, antecede a história do próprio Egito.

Composição do terceiro setor, de forma bastante genérica: organizações sem fins lucrativos, com caráter de alteração do *status quo*, portanto, de alternativas de atuação na sociedade; associações comunitárias, caracterizadas pela abrangência geográfica; associações voltadas para movimentos sociais, temporais e reivindicatórias; organizações não-governamentais temáticas, de caráter internacionalizado; entidades filantrópicas tradicionais, como aquelas que derivam das próprias casas de ajuda portuguesas do século XVI - as Santas Casas, por exemplo -, e fundações e institutos de base empresarial, notadamente agindo como fonte de financiamento racional.

O GIFE, como Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, representa o último segmento, de fundações e institutos que mobilizam recursos de toda a sociedade, notadamente do setor privado, para direcioná-los para a atuação do terceiro setor, a partir de projetos e iniciativas de fundações e institutos, ou como financiadores de organizações que atuam diretamente com o seu segmento específico da população brasileira.

Ainda sobre a composição do terceiro setor, é possível dizer que não são consideradas por nós, já que a própria definição de terceiro setor é genérica e não regulada por lei, entidades associativas de classe, entidades associativas recreativas, entidades esportivas e de lazer, clubes de serviços, flns mútuos, fundos de pensão, escolas, universidades e hospitais privados. Então, ressaltando, as organizações não estão no uni. verso representado por nós e não caracterizam, pelo menos por afinidade, no nosso entendimento, o próprio terceiro setor. Não são alternativas nem alternativas de atuação na própria sociedade, nem distribuem ou utilizam recursos privados para fins públicos.

O potencial de crescimento do terceiro setor é ainda um tanto difícil de medir, porque temos poucas séries históricas. Os dados que nos dariam base para projeção, na verdade, não têm a consistência necessária para que seja possível planejar de modo mais afirmativo. É possível dizer que, no Brasil, o setor mobiliza algo em torno de 10,6 milhões de dólares, segundo o último censo a que tivemos acesso. Se fizermos um paralelo com a sociedade americana, falaremos de algo em torno de 250 bilhões de dólares/ano mobilizados pelo terceiro setor naquele país.

Aqui, são 220 ONG registradas, ainda que nesse universo de 220 mil ONG estejam hospitais, escolas, associações reCreativas, ou seja, representantes daquele grupo que, entendemos, não caracterizam organizações que destinam recursos privados para fins públicos. A força de trabalho mobilizada nesse terceiro setor seria de 1 milhão de pessoas empregadas - algo em torno de 2,2% do trabalho não rural, 7,8% do setor de serviços, 19,4% do setor público em todas as suas esferas. São dados do censo do período de 1991/1995, quando 340 mil empregos foram criados no setor, com 44% de crescimento e 200/0 no geral da economia.

O próprio GIFE realizou um censo entre seus associados e conseguiu detectar crescimento do investimento de recursos privados para fins públicos da ordem de 16% no período de 1997 a 2000. Ainda que tenhamos percebido nesse censo que a maior parte dos nossos associados tenha reduzido individualmente os orçamentos para aplicação no terceiro setor, o crescimento de iniciativas na formação de novos institutos e novas fundações tem levado ao aumento do montante total investido. Em 1998, as empresas brasileiras doaram 1,75 milhão de dólares, de acordo com o IPEA 200/0 da nossa população detêm 65% da renda, enquanto 55% detêm 12%, o que caracteriza um universo de necessidades de atuação do próprio terceiro setor.

É fundamental que haja caracterização conceitual entre o que é responsabilidade social e investimento social. Esses dois universos normalmente nos confundem e confundem aqueles que se remetem a eles. O que vamos fazer é uma rápida conceituação dos dois, para que possamos definir o escopo exato de atuação.

Talvez a organização que melhor represente ações de responsabilidade social ou pelo menos que tenha em sua base associativa um sem-número de organizações de caráter privado preocupadas com atuação responsável socialmente é o Ethos, parceiro do GIFE e organização que tem caráter semelhante, mas que atua sob a égide da responsabilidade social. Basicamente, sua atuação pode ser definida pela primeira parte desse extenso parágrafo: uma forma de conduzir os negócios da empresa especificamente do setor privado, de tal maneira que a toma parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. Ou seja, que possamos mobilizar uma "consciência" - entre aspas - no setor empresarial que passe a olhar cada uma das atividades, resíduos ou resultados diretos e indiretos da atividade empresarial brasileira a partir dos possíveis efeitos da ótica da responsabilidade social.

A agenda resumida de atuação de responsabilidade social ou os temas que têm envolvido a discussão de responsabilidade social têm sido o meio ambiente, as condições do local de trabalho, o próprio mercado, os recursos privados para fins privados - de que forma eles são mobilizados e utilizados na esfera da sociedade - e a comunidade, entendida como recursos privados para fins públicos, a partir de intersecção entre ações dessas organizações de caráter privado com organizações de terceiro setor.

Um investimento social privado que caracteriza a atuação dos associados do GIFE - e é a nossa definição - é o uso planejado, monitorado e voluntário de recursos privados, provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, em projetos de interesse público. É fundamental dizer que o universo de associados do GIFE é composto ou por fundações, que já envolvem recursos privados mobilizados para fins públicos, ou por institutos que têm funcionamento absolutamente análogo ao das fundações, ou por empresas privadas que tenham atividade significativa no terceiro setor. Não são associadas ao GIFE organizações que atuam apenas na esfera da mobilização do tema de responsabilidade social/empresarial, ou que circulem em interesses de tema. Elas precisam ter atividades significativas e investir recursos financeiros em algum tipo de segmento do próprio terceiro setor.

O posicionamento do GIFE no terceiro setor, então, é o de mobilizar conceitos e interesses das organizações, dos institutos, das fundações e das empresas que tenham atuação no terceiro setor, portanto, conceitos e práticas de investimento social defendidos que possam derivar da consciência, da responsabilidade e da reciprocidade para com a sociedade, assumida livremente por institutos, fundações e empresas associa. das à organização.

A composição do terceiro setor, a partir do universo de fundações e institutos empresariais, está focada em ações de interesse e caráter públicos sempre, e nunca de interesse apenas privado, complementarmente às políticas estatais e atuações de autarquias e organizações do setor público, laboratórios de experimentação de iniciativas que tenham como foco o capital de risco, a liberdade, a autonomia, a agilidade, focados no interesse público e como fonte de financiamento de operação de projetos de alcance público, notadamente de investimento naquelas organizações caracteriza.. das genericamente como ONG, mas que atuem com algum tipo de deficiência segmentada e definida da sociedade civil.

A missão do GIFE é buscar o aperfeiçoamento e a difusão de conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum.

Essa é uma lista que trouxemos de grande parte de nossos associados - embora de difícil leitura, apenas para que possamos dar um grau de magnitude às organizações que estão atrás das iniciativas do GIFE. Algumas delas são possíveis de citar: CTBC Telecom, Ericsson, Fundação Acesita, Fundação Banco do Brasil, Fundação BankBoston, Fundação Bradesco, Instituto Cultural Itaú, Fundação Odebrecht e mais um sem-número de organizações da mesma magnitude. Cito somente essas, sem fazer nenhum particularismo, para que a apresentação não se estenda demais e fique, desnecessariamente, cansativa.

São desafios do GIFE e desse grupo de fundações e instituições a construção de novo acordo ético-político da sociedade, abrindo espaço para a atuação legítima dessas organizações, que atual no atendimento de necessidades da sociedade civil, por meio da regulação do setor público e, portanto, como interlocutores dessas organizações com o setor público e como interlocutores dessas organizações com o próprio setor privado, que tem demonstrado interesse crescente no terceiro setor, e com aquelas organizações do próprio terceiro setor que ainda não adquiriram um grau interno de regulamentação e organização que lhes permitam serem caracterizadas como organizações e terem as /suas ações e interesses significativamente representados.

Outro objetivo é buscar o aumento do financiamento nacional, em função da redução do financiamento internacional. Temos notado que, a despeito do crescimento do número de fundações e de institutos do terceiro setor no Brasil, as organizações internacionais que dirigiam recursos para a atuação das organizações que atendem a necessidades da nossa sociedade, do ponto de vista seja da saúde, seja da educação, estão reduzindo-se nos últimos anos. Isso significa que esse espaço precisa ser ocupado rapidamente, com mobilização de recursos no Brasil, sejam eles de origem de em- presas brasileiras ou multinacionais.

A própria melhoria do ambiente fiscal e tributário pode ser citada como marco regulatório de atuação do terceiro setor. É importante dizer, embora isso vá ser debatido neste encontro, que o GIFE não representa interesses do setor privado, mas só de organizações do terceiro setor. Portanto, não busca o debate sobre a isenção de recursos do setor privado, mas a regulação da utilização e do incentivo para o terceiro setor e a própria conceituação do terceiro setor de forma genérica.

Isso é o que podemos dizer, como observações bastante gerais, na tentativa de mobilizar o conceito, que é base para nós, para atuação do terceiro setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Muito obrigado, Dr. João Roncati, pela exposição. Parabenizo-o pela configuração do setor que apresenta a esta Comissão, em que deixa patentes o crescimento e a importância das ONG na sociedade brasileira. Sem dúvida alguma, trata-se de uma das coisas mais inovadoras e uma das formas institucionais mais criativas de organização social. A sociedade brasileira reconhece isso ao verificar a importância não só em termos de movimentação de recursos, como também em termos de absorção de força de trabalho que as organizações hoje concentram. Essa a razão pela qual a Comissão fica satisfeita em saber da preocupação de vários dos seus membros com a elaboração do Estatuto do Terceiro Setor, para, de maneira organizada, fomentar o crescimento dessas organizações, tão importantes para a sociedade brasileira.

Passo a palavra ao Dr. Jorge Eduardo Saavedra Durão, Secretário da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, pelo prazo de quinze minutos.

O SR. JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURÃO- Eu também não poderia deixar de registrar, em nome da Associação Brasileira de ONG, a nossa satisfação pela iniciativa desta Comissão, que supre um déficit de debate efetivo no âmbito do Poder Legislativo, com relação ao papel desse conjunto de organizações. Considero muito positiva a decisão de iniciar o debate por um seminário que permite abordagem mais conceitual e discussão mais desarmada com relação ao tema. que requer real. mente grande aprofundamento, inclusive para que se desfaçam muitos mal-entendidos e muitas confusões que ainda reinam no entendimento da sociedade brasileira com relação ao papel das organizações não-governamentais e de outras entidades do chamado terceiro setor.

O interesse pelo que vem sendo conhecido como terceiro setor reflete também a evolução da compreensão do conceito da relação entre público e privado. Nesse senti- do, ganha terreno a compreensão de que público não se reduz ao que é estatal. Também há dificuldades teóricas, inclusive em relação ao próprio conceito de terceiro setor, que não me parece ser muito rigoroso do ponto de vista teórico, já que ai estio embutidas discussões bastante complexas sobre a relação entre sociedade e Estado e, também, a relação entre sociedade, economia e mercado.

Em todo caso, do ponto de vista mais pragmático, sobretudo depois de ouvir a exposição do representante do GIFE, constato que há muitos terrenos positivos, a partir da adoção dessa idéia de terceiro setor, pela abertura de interlocuções novas entre diferentes segmentos da sociedade civil organizada. Isso também aponta no sentido da possibilidade de se construírem consensos sobre uma série de assuntos bastante re- levantes.

Parte das dificuldades poderá ser melhor compreendida a partir da exposição anterior, pelo histórico nela feito, em relação aos diferentes segmentos ou camadas, quase que em termos arqueológicos, quer dizer, de épocas de nascimento, dos seio mentos que se vem convencionando chamar de terceiro setor, com histórias diferenciadas. Para se pensar qualquer coisa como Estatuto do Terceiro Setor, o primeiro desafio bastante grande é conseguirmos chegar a um acordo sobre de que universo estamos falando. Temos entendido que, ao se estabelecer o diálogo que deu origem ao projeto de lei que depois se converteu na Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, houve avanço na discussão, na medida em que se consagrou exatamente o casamento entre essas duas idéias, da existência de organizações da sociedade civil e de interesse público.

Gostaria de precisar aquilo que é bastante importante para nós, da Associação Brasileira de ONG, quanto à noção de interesse público. Vou ler um pequeno trecho do documento-base elaborado no âmbito do Conselho da Comunidade Solidária, no processo de diálogo que precedeu o envio do projeto de lei das OCIP ao Congresso Nacional:

É necessário incluir, também, as chamadas ONG, organizações não-governamentais, cuja atuação não configura nenhum tipo de complementaridade ou de alinhamento aos objetivos de políticas governamentais, nem, muitas vezes, de complementariedade à presença do Estado. Ao lado das instituições que complementam a presença do Estado no desempenho dos seus deveres sociais e ao lado daquelas entidades que intervêm no espaço público para suprir as deficiências ou a ausência da ação do Estado, devem ser também consideradas como de fins públicos aquelas organizações que promovem desde pontos de vistas situados na sociedade civil à defesa de direitos e à construção de novos direitos, o desenvolvimento humano, social e ambientalmente sustentável, a expansão de idéias e valores, como a ética na política, a universalização da cidadania, o ecumenismo *lato sensu*, a paz, a experimentação de novos padrões de relacionamento econômico e de novos modelos produtivos e a inovação social.

Ao ler esse trecho, estou querendo sublinhar a importância de que se conceba a atuação das ONG como um segmento do que aqui está sendo entendido como terceiro setor, como organizações da sociedade civil que têm papel autônomo em relação ao Estado. Inclusive no caso brasileiro, muitas das nossas ONG nasceram no período da ditadura militar. Portanto, até tinham uma atuação de forte oposição aos governos da época. Mas nem por isso, a nosso ver, deixavam de desempenhar ação de fundamental interesse público.

Ainda com relação ao universo do chamado terceiro setor, aparecem na própria formulação da lei das OCIP problemas que foram mal resolvidos no processo de elaboração dessa lei, porque havia uma série de motivações políticas para a realização da lei que talvez não tenham sido adequadamente trabalhadas. Refiro-me particularmente às entidades de assistência social. Há uma contradição evidente no fato de que a lei das OCIP, ao mesmo tempo que inclui as atividades de assistência social como atividade de interesse público, exclui as entidades filantrópicas de assistência social, a partir de determinado prazo, que inclusive já foi prorrogado, da qualificação da organização da sociedade civil de interesse público.

Esse é um problema que tem de ser resolvido e que, certamente, está vinculado a outro problema que ficou bastante claro em todo o processo de diálogo com o Comunidade Solidária, que foi a grande dificuldade de determinados setores do Governo de enfrentar de maneira positiva a questão do financiamento do terceiro setor. No início, além da lei das OCIP, da qualificação e do termo de parceria, que se materializa. ram. que foram traduzidos em lei, havia a intenção de se chegar a medidas concretas, do ponto de vista de um sistema de financiamento, de melhorar o ambiente tributário para a atuação do terceiro setor. Mas esse foi um terreno em que a resistência dos próprios representantes governamentais no Conselho do Comunidade Solidária tomou os avanços praticamente nulos.

A nosso ver, esse assunto precisa ser esclarecido. Existe o problema de, no uni- verso das entidades filantrópicas ditas sem fins lucrativos, existir entidades que, na prática, são predominantemente de fins lucrativos. Não houve uma resposta adequada a esse problema na elaboração da lei das OCIP, além do que se tentou enfrentar o problema por outros instrumentos legais, como a própria regulamentação da Previdência Social, mas ainda há um contencioso jurídico com relação a esse assunto.

A nosso ver, esse é um problema que precisará ser devidamente enfrentado quando se discutir o estatuto e, eventualmente, no caso de uma revisão da própria lei das OCIP.

Concluindo, parece-me que, até agora, não existe uma filosofia clara que funda. mente o esforço legislativo no tocante às relações entre o Estado e o conjunto de organizações da sociedade civil. Discutir algumas hipóteses que possam constituir diretrizes para a formulação jurídica ~ fundamental. Por exemplo, temos discutido idéias como o incentivo compartilhado ou o incentivo exclusivo do Governo.

Lembro-me de que um paradoxo no tocante às organizações não-governamentais brasileiras é que, em grande parte, elas dependem de recursos públicos, principalmente de outros países, por meio de agências não-governamentais de cooperação. As ONG recebem muitas verbas de fundos oriundos de governos da União Européia. Quando, muitas vezes, na sociedade brasileira se manifesta uma preocupação com a dimensão internacional da atuação das organizações não-governamentais, nós, da ABONa, que temos compromisso muito firme com os interesses nacionais brasileiros e com a soberania nacional, vemos o paradoxo de que, por outro lado, não exista nenhuma política clara de apoio ao terceiro setor e à atuação das organizações não-governamentais por parte do Estado brasileiro, ao contrário do que ocorre em muitos países.

Era o que tinha a dizer, e agradeço, mais urna vez, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço ao Dr. Jorge Eduardo Saavedra Durão a exposição, que, de maneira muito precisa, enfatizou a necessidade urgente de a Câmara dos Deputados e a sociedade brasileira pensarem com seriedade em como estimular as ONG no Brasil, criando ambiente institucional que seja favorável ao seu pleno desenvolvimento.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, registro a presença do grupo do Programa Paulista de Lideranças Rurais Associativas, que visita a Câmara dos Deputados, sob o comando e a organização do Prof. Fernando Cury Perez. Agradeço imensamente ao grupo a visita que faz à Comissão de Economia, Indústria e Comércio. É uma satisfação e uma honra recebê-los, particularmente porque estamos travando de. bate que me parece absolutamente pertinente ao programa do Prof. Fernando, que é exatamente a criação de lideranças rurais associativas. O debate sobre as ONG no Brasil e sobretudo o esforço que esta Comissão está fazendo no sentido de propor um estatuto para as organizações do terceiro setor ~m bastante compatíveis com os objetivos e interesses do programa que o Prof. Fernando Perez, da ESALQ - Escola Superior Luiz de Queiroz -, um grande orgulho de todos nós, paulistas, está organizando.

É uma satisfação enorme recebê-los aqui e, principalmente, contar com a participação de todos neste debate. Sintam-se em casa.

Passo a palavra à DRª Maria Elena Pereira Johannpeter, Vice-Presidente da ONG Parceiros Voluntários, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que disporá de cinco minutos para a exposição.

A SRA. MARIA ELENA PEREIRA JOHANNPETER - Bom-dia a todos. Vou fixar-me em assunto que entendo bem, que é a mobilização para o trabalho voluntário organizado. Não vou dar uma amplitude do que seja o terceiro setor. Foca. rei mais o trabalho voluntário organizado, saindo um pouco do assistencialismo e da caridade e passando para o exercício da cidadania.

O terceiro setor vai muito além do que só ocupar o espaço deixado pelo Estado ou pelas empresas. Esse setor é algo muito mais forte. É importante que nesta Comissão seja analisado o conceitual e a filosofia. Temos de nos ver como agentes transformadores de uma realidade. Significa o exercício, a responsabilidade social e individual de cada cidadão.

Quando pensarmos em terceiro setor, em sociedade civil organizada, temos de pensar que as leis, os regulamentos, as normas que vierem têm de cuidar para não engessar essa vontade própria, individual. Se encarmos que o terceiro setor só ocupa o espaço deixado pelo Estado, não estaremos sendo corretos na nossa avaliação. Se pegarmos o exemplo dos países bem desenvolvidos, veremos que há uma sociedade civil bem atuante, um trabalho voluntário bem forte. Se me perguntarem se o País é desenvolvido porque tem uma sociedade civil bem forte, atuante por intermédio de ações voluntárias ou se a sociedade civil, com ações voluntárias, é atuante porque o País é desenvolvido, não saberei responder. Se a sociedade civil se organiza em cima do que ela mesma faz, exercendo a sua responsabilidade social individual, ela consegue mudar uma realidade.

Temos de ter isso muito forte quando elaborarmos normas e regulamentos para o terceiro setor, para não engessar essa vontade individual de cada cidadão.

Sou voluntária 24 horas por dia nesse processo. Se existisse uma lei obrigando-me a fazer isso, não faria. Não disponibilizaria 24 horas para fazer isso, porque faço por foro íntimo, e não porque uma lei me obriga. Temos de levar isso em consideração.

Como no Brasil as leis trabalhistas também são fortes, foi necessário criar uma lei. A Lei nº 9.608, de fevereiro de 1998, assinada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, reconhece a figura do voluntário. Antes existia um trabalho remunerado e só. Pela Lei na 9.608, reconheceu-se que o trabalho também pode ser voluntário, desde que a pessoa queira fazer isso.

Minha experiência é no Rio Grande do Sul. Quero mostrar a Vossas Excelências como isso é forte. Tenho um relatório de maio de 2000 a maio de 2001, que mostra que temos contabilizadas 479 mil horas de trabalho voluntário. Essas 479 mil horas significam 19 milhões que a própria sociedade disponibilizou para a comunidade, por intermédio do trabalho voluntário. Aqui é que diferencio o trabalho voluntário, assistencialista, de caridade, do exercício de cidadania.

O exercício de cidadania é uma transferência de conhecimentos. O voluntário não vai cuidar só da criança ou do idoso. Isso tem um real valor. O índice de que a Comunidade Solidária dispõe é de que 64% dos nossos voluntários têm curso superior. Significa que a própria comunidade disponibiliza para a comunidade conhecimentos, transformando uma realidade por intermédio do conhecimento, que tem valor altíssimo, tanto econômico, como emocional, político. As pessoas conscientizam-se dessa capacidade. Se a sociedade civil se organiza, consegue mudar uma realidade com a qual não está satisfeita.

Portanto, o trabalho voluntário é feito com muita responsabilidade, muito comprometimento e profissionalismo. Não é um passatempo. Estamos trabalhando junto aos colégios de ensino médio e às universidades, sempre com este foco: não há ideologia político-partidária alguma. Simplesmente, é um trabalho em cima da responsabilidade social de cada indivíduo. O que se espera é que a pessoa se veja como cidadã, sem estar ligada a partidos ou a grupos mais fortes. Simplesmente, é a pessoa querendo fazer alguma coisa. Portanto, temos de olhar esse trabalho pelo lado econômico, pelo lado político e pelo lado social.

A nossa organização tem cinco anos. Fomos criados pela iniciativa privada. Dez empresas, quatro entidades de classe, federações do comércio, da indústria e da agricultura mantêm-nos. Realmente, é a sociedade civil organizando-se.

O público com o qual trabalhamos é de organizações sociais carentes, aquelas que vivem de doações da comunidade. Aportamos a elas recursos humanos voluntários, de que precisam, e fazemos articulações entre empresas que também querem fazer trabalho voluntário, repassar conhecimento e alguma ajuda. Fazemos esse *fiM* com as empresas. Finalmente, capacitamos essas organizações em âmbito gerencial. Articulamos escolas, institutos e entidades que têm cursos. Trazemos tudo isso para o terceiro setor voluntariamente. Esse é o nosso papel. Trabalhamos com a população carente, transformando a realidade com recursos que a própria comunidade disponibiliza.

De acordo com as palavras do sociólogo colombiano José Bernardo Toro, a sociedade vê-se como um agente transformador. Ele tem um pensamento que diz: "Toda ordem social é criada por nós. O agir ou não agir de cada um contribui para a formação e consolidação da ordem em que vivemos".

o Portanto, o papel da Parceiros Voluntários não é encaminhar pessoas para fazer ações voluntárias, mas desenvolver a cultura do trabalho voluntário organizado, que é algo da essência de todos nós como cidadãos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Quero agradecer as palavras à Srª Maria Elena Pereira Johannpeter e enfatizar o alerta que nos faz. Em determinadas circunstâncias, a legislação pode e precisa vir não para restringir, mas para libertar, apoiar. Parece-nos que esse é exatamente o caso que enfrentamos hoje com relação às ONG O Brasil ainda é herdeiro de uma tradição corporativista, em que o Estado, das mais variadas formas, restringe a liberdade do indivíduo, restringe a capacidade de iniciativa de organizações como essas, fazendo com que a liberdade de inovar e de buscar novas formas de produção, de contato, de geração, de criatividade acabe sendo restrita.

De modo que pretendemos com o Estatuto do Terceiro Setor exatamente adequar a legislação brasileira, para fazer com que o terceiro setor, nas condições tão bem discutidas por todos os participantes deste seminário, tenha a maior liberdade possível para o desenvolvimento de suas atividades, tanto no que diz respeito à legislação trabalhista, que sabemos extremamente restritiva no Brasil, quanto no que diz respeito às questões tributária, econômica e de relacionamento externo.

A legislação brasileira sempre busca enquadrar toda e qualquer atividade e organização em escaninhos muito bem definidos. Estamos vivendo uma nova realidade, a realidade das ONG, que não se enquadra em nenhum desses escaninhos anteriormente conhecidos e definidos, razão pela qual é um grande desafio que todos nós, parlamentares da Câmara dos Deputados, e os representantes das ONG teremos de enfrentar. Não no sentido de engessá-las, mas de lhes dar mais liberdade, para que a criatividade social possa prevalecer e a contribuição social que as ONG possam trazer ao nosso País seja plenamente potencializada.

Passo a palavra ao Dr. Rubens Naves, Diretor Vice-Presidente da Fundação Abrinq.



Da esquerda para a direita os senhores Maria Elena Pereira Johannpetel Vice-Presidente da ONG Parceiros Voluntariado (RS); Eduardo Szazi, Consultor Jurídico do GIFE; Deputado Jaques Wagner. Coordenador do evento; Jorge Eduardo Saavedra Durão, Secretário da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG; e Rubens Naves Diretor Vice-Presidente da Fundação Abrinq.

O SR. RUBENS NAVES- Deputado Marcos Cintra, Presidente dos trabalhos nesta manhã, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, é uma honra ver no Congresso Nacional o início de um trabalho que poderá redundar num projeto de lei e, certamente, numa lei que será transformadora de setor tão importante no Brasil, o terceiro setor.

Lembro aos Srs. Deputados a importância da lei na sua função transformadora. O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma legislação que traduz um projeto de governo, de nação, de transformação. Essa lei dos direitos da criança e do adolescente vem sendo paulatinamente implementada e inclusive cria estruturas e mecanismos para que, efetivamente, possamos ter desenvolvido no País o que chamamos de cidadania da criança e do adolescente.

O meu depoimento nesta manhã, Srs. e Srs. Deputados, é no sentido de dar um testemunho do trabalho que vimos realizando na área do terceiro setor, mais especificamente na área da defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança foi fundada na década de 90. Tem, portanto, dez anos de existência. Um dos seus fundadores é o Deputado Emerson Kapaz, que está presente no recinto. Sua Excelência faz parte desta Comissão.

A fundação surgiu a partir da preocupação de empresários com a situação da criança no País. O Congresso Nacional, naquele momento, também respondeu aos nossos anseios com relação à tragédia que vivíamos e ainda estamos vivendo, como veremos, referente à situação da criança e do adolescente no País. E os empresários criaram a fundação.

Os institutos do terceiro setor podem ser uma sociedade civil, um centro, uma associação, uma fundação.

A grande vantagem da opção pela fundação é a capacidade de gerar credibilidade, uma vez que é fiscalizada pelo próprio Ministério Público. Todas as ações são fiscalizadas, e há a obrigação de transparência na prestação de contas e na realização dos compromissos.

Os empresários criaram a entidade, que passou a atuar na defesa da criança e do adolescente, com uma visão do desenvolvimento integral da criança, ou seja, a visão que a própria Constituição estabelece no art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Vejam que a própria Constituição estabelece uma perspectiva de futuro para as crianças. Por quê? A Constituição preocupa-se com esse investimento, para o futuro do País. Ao tratar da criança e do adolescente ou protegê-los, estamos investindo no futuro desta Nação.

Como trabalha a Fundação Abrinq pelos direitos da criança, que hoje desenvolve projetos no Brasil inteiro? Ela tem como missão promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania da criança e do adolescente.

Então, a maneira de trabalhar não é aquela tradicional no Brasil das entidades filantrópicas, que buscam canalizar recursos para atender às necessidades imediatas das crianças. Não. Ela visa também à transformação das crianças, no sentido de serem protagonistas dos seus direitos e das suas obrigações, ou seja, no sentido de fazer com que as crianças tenham consciência dos seus direitos e possam exercer sua cidadania.

Onde a Fundação Abrinq atua? Ela atua na escola pública, oferecendo assistência técnica, orientação, articulando a comunidade, os pais, os professores etc., para a melhoria do ensino público. Atua também nos programas socioambientais de transformação da criança e do adolescente, nas creches, na educação infantil, nos centros educacionais e culturais, nos abrigos. Trabalha também com a aplicação de medidas socioeducativas. Atua ainda nos municípios, junto às empresas, junto aos meios de comunicação e na sensibilização de voluntários. A Fundação Abrinq desenvolve programas, trabalha com projetos e, a partir deles, atua junto às entidades que acabamos de enumerar.

Há inúmeros projetos que vamos citar. Em dois deles, poderemos mostrar as dificuldades que a fundação enfrenta hoje para o desenvolvimento das atividades. Temos o projeto Crer pra Ver, em que algumas empresas parceiras recolhem recursos que são canalizados para o desenvolvimento do nosso sistema educacional, em especial o sistema público.

O projeto Nossas Crianças é uma concessão de bolsas de estudo para determinadas crianças, selecionadas por meio de processo extremamente transparente. Damos bolsas às crianças que necessitam e são estudantes com grande potencial de desenvolvimento.

Há o projeto Adotei um Sorriso, em que a fundação busca estabelecer a possibilidade da incorporação de voluntários no seu trabalho. A questão do voluntariado no Brasil é muito importante, mas há grande dificuldade para alocar dinheiro para pesquisa.

Este é o ano do voluntariado. Houve milhões de pessoas oferecendo-se para trabalhar no terceiro setor. No entanto, o trabalho é extremamente dificultado. Como engajar as pessoas nesse trabalho?

O Programa Adotei um Sorriso visa vincular um profissional liberal a determinada criança, para que ele a assista. Obteve muito êxito a experiência com dentistas: cada um adota uma criança até sua maioridade. É muito fácil executar o programa, que não custa nada para um profissional dessa natureza.

O programa conta com mais de 2 mil e 300 voluntários engajados. Nele se fazem presentes representantes de várias entidades. No interior de São Paulo, em cidades como Penápolis, a maioria dos dentistas participam do programa. Estamos fazendo valer o direito à saúde da criança, garantido pela Constituição.

O projeto está sendo ampliado para a área dos advogados, dos arquitetos, dos psicólogos e de outros profissionais liberais. Há o firme propósito no sentido de possibilitar que a vocação para o voluntariado da sociedade brasileira seja concretizada.

Entre esses programas, há o Programa Cidadania Jovem, que prepara jovens para exercer trabalho de solidariedade, por meio de leitura em escolas, bibliotecas públicas, museus etc.

No Programa Jornalista Amigo da Criança, há toda uma preparação e um fornecimento de informação e dados, a fim de que haja efetivamente um jornalismo que contribua para a transformação da nossa realidade.

O Programa Empresa Amiga da Criança também canaliza recursos para o desenvolvimento na rede escolar.

O Programa Biblioteca Viva permite a construção de bibliotecas em determinadas escolas, sempre em parceria com a iniciativa privada. Hoje, há um convênio com o Ministério da Saúde para a construção dessas escolas na rede hospitalar.

Destaco dois programas extremamente importantes, mas que enfrentam dificuldade para a atuação da Fundação Abrinq. O primeiro é o Programa Crer para Ver, em parceria com a empresa de cosméticos Natura. Duzentos e cinquenta mil vendedores colocam à venda cartões de fim de ano e de boas-festas e camisetas da Abrinq, e a renda é revertida para projetos da fundação na área de mobilização e transformação social. Um verdadeiro exército de voluntárias canaliza recursos.

Enfrentamos enormes obstáculos da legislação para concretizar todas essas atividades, que são tributadas no plano estadual pelo ICMS. Há dificuldade, ainda, na transferência dos recursos para a Fundação Abrinq. Toda essa área de colaboração e articulação entre as empresas doadoras e fornecedoras de recursos precisa de instrumento legal.

O Projeto Crer para Ver tem muito êxito e conta com a articulação voluntário/empresa, como é o caso da Natura e a Fundação Abrinq, que depois se articula com toda a rede de desenvolvimento e transformação na área da educação.

Outro projeto conta com a atuação extremamente política e de articulação nacional da Fundação Abrinq. Trata-se do Programa Prefeito Amigo da Criança, que busca premiar iniciativas de administrações municipais que efetivamente colaboram para o desenvolvimento dos direitos e da cidadania da criança e do adolescente.

No passado, com a adesão do prefeito ao programa, buscava-se examinar as atividades que poderiam ser consideradas referenciais. Então, no final de cada biênio, premiava-se, em cerimônia, o prefeito que se destacasse por seus projetos.

O programa foi completamente remodelado e passou a ser quadrienal, começando na campanha eleitoral, quando o prefeito se compromete a inserir na plataforma de administração a defesa da criança e do adolescente, com investimentos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

A Fundação Abrinq promove ampla divulgação desse programa, e o prefeito, ao aderir a ele, compromete-se a dar prioridade às crianças e aos adolescentes nas políticas públicas, promove gestão planejada e participativa com a integração de órgãos e secretarias e apóia o funcionamento dos Conselhos Municipais e Tutelares, instrumentos criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O projeto cria a obrigação de devolver à fundação um mapa com as dificuldades para o atendimento dos direitos da criança e do adolescente. A partir desse mapa, a Fundação Abrinq dá apoio técnico à prefeitura, para que possa efetivamente desenvolver ação mais profícua e eficiente na promoção dos direitos da criança e do adolescente. Esse programa seleciona as prefeituras que atendem melhor ao compromisso do Prefeito Amigo da Criança.

Finalmente, no último ano da gestão, algumas prefeituras são premiadas e recebem títulos. O Prefeito Amigo da Criança é aquele que cumpriu todas as metas estabelecidas de comum acordo com a Fundação Abrinq. Quase mil prefeitos, espalhados por todo o Brasil, já aderiram ao programa.

Na atuação do terceiro setor, a Fundação Abrinq enfrenta alguns problemas. Ela tem um orçamento em torno de 12 milhões de reais - 14% desses recursos vêm de fundações nacionais e internacionais, 29% de pessoas físicas, e 57% de pessoas jurídicas, não obstante todas as dificuldades do chamado marco legal do terceiro setor. As pessoas físicas não recebem benefício fiscal algum. A colaboração conta com o espírito de solidariedade e o interesse na eliminação das dificuldades, para prevalecer a cidadania da criança e do adolescente.

Todos esses projetos reunidos atendem cerca de 1 milhão de crianças no Brasil, o que é extremamente significativo.

No que diz respeito ao terceiro setor, a experiência da Fundação Abrinq mostra que há necessidade de se tomarem mais claras as atividades conceituadas como de terceiro setor e sua vinculação a incentivos, à possibilidade de descontos na tributação tanto da pessoa física, quanto jurídica, conforme será apresentado mais adiante por um dos nossos companheiros de Mesa.

Há necessidade de mostrar aos Srs. Deputados que a gestão no terceiro setor se moderniza a cada dia. Há expectativa em torno de um regulamento, um projeto de lei que possa aperfeiçoar o trabalho no terceiro setor, com a possibilidade de surgimento de novas entidades que atuarão na implementação de políticas públicas e também de atividades particulares. Certamente essas entidades poderão ter capacidade administrativa e gestão mais desenvolvida. A partir do momento em que a sociedade brasileira cobra mais e torna-se transparente, a gestão deve ser mais competente e qualificada. Para isso, precisa-se de regras claras no que diz respeito à contratação e à atuação de pessoal administrativo.

Há necessidade de coleta de informações sobre todas essas entidades. Esse universo, como já foi dito, é extremamente diferenciado, existem inúmeros tipos de entidades. É preciso deixar claro que fundos de pensão não fazem parte do terceiro setor. O estatuto deve distinguir exatamente que tipos de atividades pertencem ao terceiro setor e merecem apoio da legislação para usufruírem de incentivos fiscais. Há necessidade também de informações sobre os recursos disponíveis no Estado para as atividades do terceiro setor. Hoje há grande desconhecimento quanto à legislação, até sobre a possibilidade de as empresas usufruírem os chamados recursos incentivados.

Finalmente, Deputado Marcos Cintra, é preciso identificar alguns mecanismos de controle social dessas entidades, até para fazer com que o setor cada vez mais goze de credibilidade em seu desenvolvimento. O controle social não deve ser burocrático ou repressivo - isso é feito com muita competência pelo Ministério Público, por inter-

médio de curadorias de fundações em defesa da cidadania -, mas transparente. O cidadão deve saber onde está sendo aplicado seu recurso ou doação. Deve haver um sistema de informação que permita um controle social mais abrangente e de conteúdo. Para finalizar, no que diz respeito à questão das crianças e dos adolescentes no Brasil, apesar de todas essas ações e do Estatuto da Criança e do Adolescente, a situação ainda é extremamente precária. Há necessidade de fortalecimento institucional, de um marco legal para que possamos canalizar mais recursos para a defesa da criança e do adolescente. O Unicef revela que a taxa de mortalidade infantil ainda é de 36 óbitos entre cada 1.000 crianças nascidas, sendo que no Nordeste a taxa é de quase 58 crianças entre cada 1.000 nascidas. Na maioria esses óbitos também dizem respeito a certo descuido com as políticas na área de saneamento, com as condições de saúde da criança e de sua mãe, com a questão do aleitamento materno etc. É muito focada a questão da mortalidade infantil por meio de doenças transmitidas pelo uso da água. E, no País, 3 milhões de crianças nascem todos os anos, e 1 milhão de crianças não são registradas no primeiro dia de vida. Ainda há dificuldade para o cidadão começar a receber a documentação legal a partir do nascimento. Esses dados são importantíssimos para o planejamento de políticas públicas que possam possibilitar reversão da situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Cintra) - Agradeço ao Dr. Rubens Naves a apresentação.

Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Szazi, consultor jurídico do Gife e advogado especialista na regulamentação do terceiro setor.

O SR. EDUARDO SZAZI - Obrigado, Sr. Deputado.

Acredito que existam muitos desafios legislativos para o estatuto do terceiro setor. Como já foi dito, o terceiro setor tem a concepção sociológica de quem o integra, o que ainda é objeto de algumas dúvidas e controvérsias. O primeiro desafio que deve ser enfrentado, e que já foi parcialmente tratado pela Lei 00.9.790, é a definição das finalidades das entidades para serem enquadradas nesse novo estatuto. Identificamos, ao longo desses anos e de todos os nossos estudos, que uma entidade afirmar que não tem fins lucrativos não é condição suficiente; tampouco é suficiente que ela adote a forma de fundação, associação ou sociedade civil sem fins lucrativos.

É importante reconhecer o mérito e a importância, na legislação, daquelas entidades que atuam em benefício de quem está fora de seus quadros sociais, em benefício da coletividade, para não destinar o mesmo tratamento privilegiado àquelas que só beneficiam quem com elas contribui, como é o caso dos clubes recreativos e das entidades de previdência privada; embora essas organizações cumpram um papel social em nossa sociedade, o que deve ser reconhecido, na verdade esse processo não é de interesse público, mas de benefício mútuo. É importante fazer a distinção das entidades que atuam em benefício público.

Como isso se refere ao destino dos recursos, é importante que haja controle, que deve ser feito tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil. Para o controle estatal já existem mecanismos institucionalizados, como a Secretaria da Receita Federal, que avalia sua aplicação, o Ministério Público para as entidades que adotam a forma de fundações etc. Eventualmente poderia ser estudada a utilização dos conselhos, que contam com representantes da sociedade civil e do Governo, para fazer algum tipo de controle, como o Conselho Nacional de Assistência Social, o Conselho Nacional de Saúde ou o de Educação. Podemos estudar isso.

Também é importante o controle da sociedade civil. Sabemos que o Estado não é tão onipresente quanto George Orwell apresentou em seu livro. É preciso que a sociedade civil tenha mecanismos de participação no controle, mas também de informação ao Poder Público de que algo não está indo bem, como é o caso dos conselhos fiscais nas entidades, das auditorias externas. É importante também que seja dada publicidade aos relatórios. Hoje podemos identificar muitas entidades que ainda atuam como caixas fechadas e não prestam contas à sociedade civil dos recursos que lhe são destinados. Isso é extremamente importante. Na nossa avaliação, uma organização do terceiro setor de fim público age como mandatária da sociedade. Quem faz investimento em uma entidade investe na causa, que é pública, seja ela a da infância, a do meio ambiente, do restabelecimento de direitos, da preservação do patrimônio histórico, da inserção de comunidades excluídas, seja qual for. Então, a entidade deve prestar contas aos seus patrocinadores, sejam eles públicos ou privados. Por isso, os mecanismos de controle devem ser importantes no processo de elaboração da nova legislação.

Se temos de tratar dos destinos dos recursos, também devemos tratar de sua origem. Hoje, as entidades têm três principais fontes de custeio. Os recursos governamentais são destinados por meio de convênios, parcerias ou subvenções. Os recursos privados são doados. E há a geração de receita própria, seja por meio de locação de imóveis, seja pela venda de mercadorias, prestação de serviços etc.

Nesse modelo de geração de renda existem algumas controvérsias e alguns aspectos que devem ser estudados. No Brasil, toda receita que a entidade recebe é considerada como algo que deve ser exclusivamente aplicado em atividade-fim. Sejam provenientes de venda de serviços, sejam de venda de mercadorias, cobrança de serviços, doações, todos os valores devem ser aplicados na atividade-fim. Esse é o modelo brasileiro. Então, qualquer renda recebe o mesmo tratamento fiscal. Nos Estados Unidos, existe uma pequena diferença: a geração de renda recebe tratamento fiscal privilegiado se consolida atividade-fim da organização. Por exemplo, se uma organização tem uma padaria e vende pães para a comunidade em geral, e se a padaria também possibilita, no processo de elaboração e de venda dos pães, a capacitação de jovens e profissionais para o ofício de padeiro, aquela geração de renda contempla atividade de educação. Se, porém, uma organização tem uma padaria com profissionais contratados no mercado apenas para gerar receita, é o caso de se estudar se essa atividade, que não contempla dentro de si atividade educacional, um objetivo da organização, deveria usufruir de alguma vantagem fiscal.

O mecanismo de controle volta a ser importante, porque muitas vezes organizações ou pessoas utilizam modelo de entidades sem fins lucrativos para exercer atividade regular de venda e comércio de serviços, tentando camuflar a apropriação privada de riqueza. Portanto, é importante definir o modelo fiscal de geração de renda das entidades, decidir se vamos dar o mesmo tratamento a qualquer renda obtida. ou se vamos dar tratamento diferenciado à renda vinculada à atividade-fim ou dela derivada. ou à renda que não tenha nenhum vínculo com a atividade-fim, meramente para custeio.

Quando tratamos da geração de renda de doações para as entidades, vemos que a participação da sociedade civil como um todo deve ser mantida e incentivada. Sabemos que algumas legislações apenas beneficiam as doações efetuadas por grandes corporações, porque somente oferecem dedução de impostos para empresas que utilizam regime de lucro real, ou seja, grandes corporações. As pequenas e médias empresas, as que optaram pelo Simples e os cidadãos não podem fazer doações diretas para as entidades sem fins lucrativos. Se pensarmos em legislação, em modelo de incentivos fiscais, seria importante buscar um modelo simples e universal que possibilitasse que mesmo as pequenas contribuições de indivíduos e de pequenas empresas pudessem ser destinadas para as entidades do terceiro setor, de interesse público.

Esse modelo de incentivos fiscais também enfrenta outra dualidade. Ele deve possibilitar o acesso universal de vários contribuintes que poderiam fazer as doações e também deve estudar se o custeio final do valor doado deve ser estatal ou compartilhado. Se analisarmos a legislação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e parte da legislação da Lei Rouanet de incentivo à cultura, veremos que o valor doado é 1000/0 abatido do Imposto de Renda devido pelo doador. Não se trata de aporte de recursos novos para a área social, mas de deslocamento de recursos que compõem o orçamento da Receita Federal para o fundo municipal ou estadual da criança e do adolescente ou para o projeto cultural. Quem paga a conta, no final, é o Governo Federal, porque o doador não coloca dinheiro novo. Um modelo que talvez possa ser estudado, a partir desse, é o de custeio compartilhado, ou seja, para cada real abatido do Imposto de Renda. outra parcela deve ser colocada pelo doador no projeto, de modo a ampliar o volume de recursos destinados aos programas.

Em razão da desigualdade social que o País enfrenta e das dificuldades que temos em fazer com que o orçamento público contemple e atenda todas as necessidades, é necessário dinheiro novo, e a mera alocação não gera novos recursos. Seria importante, então, que se estudasse na modelagem de incentivos fiscais - caso isso venha a ser estudado - um incentivo universal, mas, ao mesmo tempo, que se incentivasse o aporte de novos recursos para a área social, ambiental ou cultural, como se faz no sistema de custeio compartilhado, existente na França, nos Estados Unidos, em vários países da União Européia e também do Leste Europeu, onde o valor doado pode incluir também recursos do doador.

O acesso a incentivos fiscais também gera algumas controvérsias. Estou fazendo questão de dizer "controvérsias" justamente para motivar o pensamento dos Srs. Deputados e das pessoas interessadas em participar deste processo. O Brasil tem adotado para alguns incentivos fiscais o modelo de certificação. Para poder oferecer incentivo fiscal aos seus doadores, a entidade tem de ter um título, seja de utilidade pública federal, seja de Oscip, ou registrado no Conselho Nacional de Assistência Social. O modelo prevê a certificação da entidade para que ela possa usufruir de algumas vantagens fiscais. No nosso entendimento, no final esse modelo acaba privilegiando somente as organizações mais fortes, aquelas que contam com um corpo técnico capaz de passar por essas fases e processos de certificação, e deixam à mingua as organizações pequenas, que não têm condições de pagar profissionais capacitados para o processo. Para o terceiro setor, portanto, apresenta-se a mesma lógica de acesso a recursos que gerou o desequilíbrio social. Somente os capacitados e articulados têm acesso a recursos; aqueles sem articulação e sem capacidade ficam à mingua e à margem desses recursos.

Esse modelo não cabe no caso do terceiro setor, porque apenas mantém a estrutura que levou ao desequilíbrio social. É importante que todas as organizações, sejam elas pequenas, com orçamentos de 10 mil reais ao ano, ou grandes, com orçamentos de 100 milhões de reais ao ano, possam ter acesso fácil às contribuições e sejam submetidas a rigoroso controle. Acho que, em vez de termos um controle rigoroso do acesso à certificação e depois não aplicarmos a legislação de controle, deveríamos fazer o inverso: ter um modelo muito simples para o controle do acesso, da adesão, e submeter a organização que for admitida a um aparato de fiscalização muito maior. Isso é o que se buscou fazer na legislação das Oscip, em contraposição, por exemplo, ao modelo antigo, o da utilidade pública federal, que consistia num longo processo que só podia ser iniciado depois de dez anos de funcionamento da organização e em que deveria ser submetida ao Ministério da Justiça uma série de documentos; como resultado, das 220 mil organizações sem fins lucrativos, apenas 7 mil eram de utilidade pública federal - ou seja, um seleto grupo de 3% do total do terceiro setor. E isso em uma legislação que remonta a 1935, ou seja, uma legislação de 65 anos de existência.

O que a legislação das Oscip quis instituir foi um modelo distinto, de fácil qualificação, mas em que a entidade, quando se qualifica, submete-se a um mecanismo de controle rígido para que mantenha um padrão de eficiência na aplicação dos recursos, um padrão ético na tomada de decisão pela organização, um controle social por meio de auditoria, de conselho fiscal, de publicidade dos números. Parece-nos que o melhor modelo é este: franquear o acesso, com um sistema rígido de controle de desempenho.

Acredito que o último desafio que o terceiro setor enfrenta é o de informações. Hoje o Governo Federal tem uma rica base de dados sobre organizações do terceiro setor, mas esses dados estatísticos não são trabalhados de maneira que possibilitem incentivo ou melhor conhecimento dessas organizações. Incluo aí, por exemplo, os dados dispostos na Receita Federal, no Conselho Nacional de Assistência Social e no Ministério do Trabalho com base na Rais.

Trago uma sugestão muito interessante. Ao fazer uma pesquisa no site da Receita Federal a respeito dos estudos tributários, vemos que a Receita disponibiliza, por exemplo, dados estatísticos sobre os milionários brasileiros, mostrando quantas pessoas têm renda anual acima de 1 milhão de reais, em que Estado estão, qual a profissão que exercem, ou seja, faz um certo mapeamento. Não viola qualquer tipo de sigilo fiscal, mas faz um mapeamento daquelas organizações, quais são suas atividades, quais são as pessoas que trabalham nelas. Faz esse mesmo mapeamento das empresas, relatando quantas adotam o modelo do Simples, quantas adotam o de lucro real, quantas têm tal renda, com quanto os setores de serviços, de comércio e de indústria participam no total da riqueza gerada pelo País; ou seja, são dados estatísticos globais que seriam extremamente importantes também para o terceiro setor. E o que sugiro é que os Srs. Parlamentares estudem a possibilidade de, em parceria com as organizações do terceiro setor, montar um sistema com os dados estatísticos fornecidos pela Receita Federal, pelo CNAS e pela própria Rais, para levantar, por exemplo, quantas organizações sem fins lucrativos existem em cada um dos estados, qual o faturamento máximo, mínimo e médio que elas têm no período de um ano, qual a área em que atuam, quantos empregados têm, qual é o volume médio da massa salarial nesse setor. Isso poderia ser feito a partir de dados estatísticos já existentes, que constam na Rais, nas declarações de informações econômico-fiscais das pessoas jurídicas, no CNAS, mas não são trabalhados. Portanto, deixo aqui essa sugestão, se me é permitido fazê-lo, porque se esses dados forem trabalhados de maneira sistemática vão gerar informações, e essas informações, com a experiência que os Srs. Parlamentares e a sociedade civil detêm em relação ao terceiro setor, vão gerar conhecimento, e esse conhecimento vai ser importante para que a legislação melhore cada vez mais e incentive cada mais a participação da sociedade civil no terceiro setor.

Era isso que queria dizer. E agradeço a oportunidade de estar aqui repartindo com os senhores algumas dúvidas quanto à formulação da legislação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaques Wagner) - Em nome da Comissão, agradeço ao Dr. Eduardo Szazi a participação.

Antes de fazer uma rodada, começando pela própria Mesa, para os eventuais comentários sobre aquilo que foi dito pelos outros convidados, passo à nossa lista de inscrição e convido o Deputado Emerson Kapaz para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO EMERSON KAPAZ - Senhor Presidente, demais deputados, senhores membros da Mesa. em especial meu companheiro Rubens Naves, representante da Fundação Abrinq, que está aqui hoje, juntamente com outros membros de entidades de classe, de ONG e da sociedade civil organizada, deixa-me muito feliz o fato de que este debate esteja sendo realizado hoje na nossa Comissão. Quero parabenizar o Presidente Marcos Cintra e o nosso amigo e companheiro Jaques Wagner pela iniciativa, que nos permitiu estarmos aqui começando uma discussão que deverá contar com um envolvimento muito grande dessas entidades, com a preocupação de iniciarmos a elaboração do estatuto do terceiro setor. Não é um desafio fácil para nós aqui na Casa. Sabemos que é um trabalho de fundo, relevante, e poderíamos já ter começado a discutir essa questão. Este evento é um marco importante para todos nós.

Não pude ouvir todas as palestras, mas algumas das observações que colhi aqui são muito pertinentes, como a preocupação de que o estatuto não venha para enrijecer o andamento das empresas do terceiro setor, e seja antes um mecanismo facilitador, como disse o Dr. Eduardo, de incentivos, como foi o caso das Oscip. Participei, à época, com o Deputado Marcelo Déda, da elaboração do estatuto das Oscip, do processo de regulamentação das Oscip. Talvez tenha sido o primeiro projeto que tive a oportunidade de participar quando cheguei à Câmara. Ele trouxe a novidade de, em vez de dificultar, facilitar a entrada e manter um controle muito mais rígido. É a grande diferença que deve permear a discussão do estatuto de que tratamos neste momento.

Talvez estejamos começando a formar, aqui na Câmara, uma idéia correta da dimensão que pode ter o terceiro setor no Brasil. Nos países mais desenvolvidos, o terceiro setor é às vezes considerado o maior empregador de mão-de-obra, o que consegue ainda gerar e oferecer mais oportunidades de emprego - isso somado ao espírito de voluntariado, que cresce em todo o mundo.

No Brasil, acho que estamos vivendo um momento extremamente positivo, porque começamos, por exemplo, a perceber nas empresas o surgimento de um mecanismo de responsabilidade social crescente. Eu, juntamente com outros empresários, acabamos viabilizando a criação do Ethos. Instituto de Responsabilidade Social da Empresa, que hoje pode ser o instituto mais dinâmico em relação à responsabilidade social das empresas. Fico impressionado ao ver como o Ethos conseguiu atrair, juntar e difundir a responsabilidade social de forma tão ampla no Brasil. Existe há apenas um ano e meio e já engloba mais de 450 empresas associadas, de todos os tamanhos. Pequenas e microempresas. além do Jornal Valor, já receberam prêmios Ethos. Isso também faz uma grande diferença. Dar responsabilidade social às grandes empresas é algo muito fácil; já conseguir valorizar a responsabilidade social na pequena e a microempresa demanda uma dinâmica completamente nova e muito mais complicada. Portanto, estamos começando a perceber que, do ponto de vista da empresa e do empresário, hoje, no Brasil, já existe uma sensibilidade muito grande, positiva, para a questão da responsabilidade social. Isso abre um caminho fantástico para o terceiro setor.

Do ponto de vista do Governo, temos dificuldades de recursos, orçamentos apertados. a Lei de Responsabilidade Fiscal e uma demanda social absolutamente enorme, em termos de perspectiva de distribuição de renda. Há apenas um caminho para resolver essa questão com agilidade: o chamado terceiro setor, contando com a eficiência da iniciativa privada e com os recursos públicos a serem alocados.

Senhor Presidente, mais do que fazer qualquer pergunta aos expositores. quero dar meu testemunho pessoal: a elaboração do estatuto do terceiro setor veio de fato num momento extremamente positivo e importante. Penso que essas entidades e outras podem começar a construir, na minha opinião, uma agenda para discutir com alguns deputados o primeiro esboço do estatuto, procurando os caminhos políticos a serem traçados para evitar que aconteça o mesmo que aconteceu com o Estatuto da Pequena e da Microempresa, que levou 10 anos ou mais para sair. Se houver sinergia entre as entidades, nós deputados que talvez tenhamos mais sensibilidade para esta causa e algumas Comissões - por exemplo, a Comissão de Economia, Indústria e Comércio - poderemos avançar bastante antes de apresentar um projeto de estatuto. De. vemos discutir internamente e depois passar para a discussão executiva, já tendo tratado previamente da questão, para que depois o projeto não fique eternamente tramitando e sendo emendado. Assim, apresentaríamos uma proposta de consenso, com a participação dos senhores que trabalham nessa área, que têm todo o *know-how*, o conhecimento, e dos deputados que podem ajudar na tramitação política dentro da Casa.

Acho que este evento, repito, é extremamente importante para fazermos um trabalho eficiente também, porque o tempo está correndo contra nós. Acredito que o estatuto pode abrir importantes caminhos para melhor aproveitamento dos recursos públicos. Teríamos condições de viabilizar isso com muito mais agilidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaques Wagner) - Quero reforçar as palavras do Deputado Emerson Kapaz. Esta Casa funciona, evidentemente, em torno das novas idéias que os deputados trazem para cá, mas fundamentalmente por provocação da sociedade. Acredito que a tarefa da representação é mesmo essa. A própria Comissão de Economia aprovou, apesar de não termos conseguido implementar o trabalho, uma subcomissão do trabalho informal e do trabalho solidário, da economia informal e da economia solidária. Na verdade, há tentativa de se montar um seminário com mais tempo e amplitude do que este, para juntos refletirmos sobre essa tese. Portanto, quero concordar com o Deputado Emerson Kapaz neste sentido: acho que este trabalho é produtivo, há sensibilidade por parte do Presidente da comissão e da própria comissão e acredito que podemos pôr mãos à obra para darmos o primeiro passo.

Consulto se os Deputados Alex Canziani e Divaldo Suruagy querem fazer uso da palavra, e também o Deputado Marcos Cintra, evidentemente, como Presidente da comissão. E quero dizer aos nossos convidados que, em se tratando de um seminário, após a fala do Deputado Marcos Cintra abriremos espaço para quem quiser participar, e depois retomaremos a palavra aos membros da Mesa.

O SR. DEPUTADO MARCOS CINTRA- Senhor Presidente Jaques Wagner, antes de mais nada, quero comentar que, pelo que pude depreender, o Deputado Emerson Kapaz já antecipou em parte o que eu pretendia dizer. Acho que estamos aqui diante de um desafio, como o próprio Dr. Eduardo mencionou, bastante difícil, em decorrência da definição dos limites para que uma organização mereça ou não o resguardo, o respaldo do setor público. Até que ponto o setor público deve estimular ativamente essas organizações ou simplesmente dar-lhes o maior grau de liberdade possível para que elas mesmas busquem seus caminhos? São desafios importantes, significativos, que esta Comissão de Economia não vai furtar-se a enfrentar.

O que iria propor - mas, repito, o Deputado Emerson Kapaz já se antecipou - é que esta comissão, até em caráter de relativa urgência, criasse um grupo de trabalho com os representantes das entidades do terceiro setor, vários aqui presentes (eu ainda agora conversava com o representante da Federação e Confederação das Fundações não só no Brasil como em toda a América Latina), para que também pudessem participar dos trabalhos conosco, e em conjunto elaborássemos um anteprojeto que pudesse, num segundo seminário, ser, ai sim, amplamente debatido.

Hoje a presença dos senhores foi extremamente importante, porque definiu um quadro de referência, um marco dentro do qual devemos atuar, mas a comissão julga que, se seus membros concordarem, o que se deveria fazer, efetivamente, é elaborar um anteprojeto para se realizar um segundo seminário em torno de uma proposta específica, em que todos esses problemas poderiam ser explicitados e debatidos em maior profundidade.

Sem dúvida alguma, o terceiro setor no Brasil é o que mais cresce. Tem trazido uma contribuição fantástica, importante para a sociedade brasileira. Por outro lado, é alvo também de uma dose significativa de incompreensão, de preconceitos. Acho que isso foi até mencionado aqui. Até os laços de solidariedade internacional de várias dessas ONG muitas vezes motivam uma visão preconceituosa e preconcebida com relação aos seus objetivos. Acho que esses são os desafios que efetivamente precisamos enfrentar.

Quero mais uma vez tranquilizar D. Maria Elena. Nosso objetivo não é restringir, não é engessar; pelo contrário, nosso objetivo é destituir as amarras que hoje me parece que existem e são poderosas, dificultando o crescimento das entidades do terceiro setor.

Quero apenas, a título de informação, mencionar que a inspiração deste encontro partiu das próprias entidades do terceiro setor. Numa conversa, o Dr. Marcos, meu colega e companheiro da Fundação Getúlio Vargas, mencionou algumas dificuldades, dizendo que seria importante termos uma legislação consolidada. A que existe hoje está sendo aplicada de maneira esparsa e muitas vezes até contraditória. Se houvesse uma legislação consolidada, um estatuto ou um código que centralizasse todas as preocupações em apenas um documento, elaborado de comum acordo entre o Poder Legislativo e as entidades representativas do terceiro setor, estaríamos de fato caminhando no sentido de superar alguns desses obstáculos. Portanto, esse é o objetivo deste seminário. E, se for aprovada na comissão a criação do grupo de trabalho, tenho certeza de que a Mesa desta comissão, representada por mim e pelo Vice-Presidente, Deputado Jaques Wagner, sem dúvida alguma estará disposta a colaborar, a participar, a criar esse grupo de trabalho o mais rapidamente possível.

Enfatizo a preocupação da Mesa, talvez - quem sabe? - um pouco modesta, mas não menos importante, de que haja celeridade no tratamento dessa questão. O ano que vem é ano eleitoral; então, se pudéssemos pelo menos terminar a elaboração do documento ainda este ano, parece-me que seria de todo adequado. Além do mais, esta Mesa da Comissão de Economia também encerra seu mandato ao final de 2001, e portanto, manifestado esse nosso interesse, inclusive por parte do Vice-Presidente, o Deputado Jaques Wagner, que promoveu e patrocinou algumas outras atividades na comissão nesse mesmo sentido, gostaríamos realmente de avançar o mais rapidamente possível. Então, deixo aqui meu pleito no sentido de que as entidades procurem também, o mais rapidamente possível, organizar-se para que, de comum acordo, possamos elaborar o anteprojeto e trabalhar em cima dele, tendo em vista a realização de um segundo seminário para discussão mais específica do assunto.

Eram esses os comentários que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaques Wagner) - Obrigado, Deputado Marcos Cintra, Presidente titular desta comissão. Estou aqui apenas como Presidente interino.

Quero convidar o Dr. Maurício Viana, da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, para fazer uso da palavra.

O SR. MAURÍCIO VIANA - Inicialmente, quero parabenizar a Comissão de Economia por esta excelente iniciativa, e também parabenizar os expositores, os painelistas, pela exposição clara e profunda sobre o assunto. Minha participação vai no sentido de apenas destacar dois ou três pontos que julgo muito importantes.

Em 1999, como já foi comentado, foi promulgada a Lei nº 9.790, das Oscip, e as 220 mil entidades que existem no Brasil tiveram um prazo de dois anos para se qualificarem ou não como Oscip. Em março deste ano, pelo levantamento que tivemos, apenas 489 dessas 220 mil entidades pleitearam a qualificação como Oscip, e dessas 489 apenas 110, em março deste ano, conseguiram essa qualificação. Pergunto: qual o motivo de tão poucas entidades passarem para esse novo marco legal? Como foi abordado, ele veio realmente em boa hora, foi um avanço muito grande. Nós, no Rio Grande do Sul, chegamos à conclusão - também por ouvir grupos e entidades associadas ao Gife - de que um dos motivos principais foi o fato de que esse novo marco legal não veio acompanhado de incentivos fiscais. Portanto, as entidades não procuraram o enquadramento tendo em vista essa situação.

Sabemos que nos últimos anos, especialmente com o advento da Lei nº 9.249 e da Lei nº 9.250, houve redução de incentivos fiscais, tanto para as pessoas jurídicas quanto para as pessoas físicas. Vou citar dois exemplos: até o surgimento dessa lei, em 1995, as pessoas jurídicas, as empresas podiam deduzir, com as doações às entidades filantrópicas, até 5% do lucro operacional. A partir daquele ano esses 5% baixaram para 2%. Até 1995, também as pessoas físicas podiam abater até 2% das doações às entidades filantrópicas, uma possibilidade que foi extinta. E lembro aqui o que Rubens Naves comentou em relação ao Fundo da Criança e do Adolescente: alguns anos atrás, a dedução das doações de pessoas físicas ao fundo chegava aos 12%. Hoje, esses 12% baixaram para 6%. Portanto, houve realmente redução dos incentivos fiscais; com isso, há um problema muito sério a ser enfrentado.

É claro que o assunto hoje, aqui, é mais o campo do estatuto, um campo mais amplo. Concordo plenamente que os incentivos são uma consequência, uma parte desse estatuto do terceiro setor. Qual é a nossa proposta, lá no estado?

Tendo em vista que surgiu essa nova legislação, esse novo ambiente legal, e também que poucas entidades optaram pela nova qualificação, organizamos - apenas a título de informação - um grupo de estudos, integrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela Associação Brasileira de Promotores e Magistrados, pela Unisinos, pelo Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, pela Parceiros Voluntariados (que tem à frente a Dr^a Maria Elena) e outras entidades, para estudarmos e levantarmos propostas mais no campo de incentivos fiscais.

Então, mais uma vez, quero parabenizar a Comissão de Economia, na pessoa do Deputado Marcos Cintra, por esta iniciativa, e os integrantes do Gipe, que estão levando adiante esse assunto tão importante para as ONG aqui no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaques Wagner) - Retorno a palavra aos membros da Mesa. Confesso que não estou aqui desde o início e não sei qual a ordem. Em geral, tendo a invertê-la, a menos que haja um voluntário que queira pronunciar-se; quem foi o primeiro passa a ser o último, ou então as pessoas fazem seus comentários. A inversão é uma boa idéia?

Com a palavra o Dr. Eduardo Szazi.

O SR. EDUARDO SZAZI - Acredito que é importante o que os Deputados Emerson Kapaz e Marcos Cintra disseram. As entidades do terceiro setor também sentem a preocupação de regulá-lo melhor o quanto antes, porque entendemos de fato que a sociedade civil se tem organizado cada vez mais, o com apoio de empresas, de comunidades de bairro, de instituições já de longo estabelecidas no País, e nós precisamos realmente trazer a público uma nova legislação, mais capaz de funcionar como um instrumento de incentivo, e não de amarras, que adote os critérios mais modernos que a nossa sociedade civil está demandando, como a transparência na gestão dos recursos, a ética no processo de tomada de decisão, a aplicação para o fim público. E esperamos também que essa legislação contemple um sistema de custeio capaz de fazer com que empresas e indivíduos apoiem esses projetos.

É extremamente importante estudarmos uma legislação. O Gipe, como instituição, e eu, particularmente, estamos à disposição de colaborar no que for necessário. E parabenizo a Comissão de Economia pela oportunidade que estamos recebendo e também por buscar capitanear este processo de elaboração da nova legislação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaques Wagner) - Passo a palavra ao Dt. Ru. bens Naves.

O SR. RUBENS NAVES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de salientar dois aspectos. O primeiro é referente à manifestação do Deputado Marcos Cintra sobre a questão do estatuto do terceiro setor, que também tem um objetivo estratégico, em relação ao projeto de Nação que nós temos.

Chamou-me a atenção o Deputado Emerson Kapaz para a questão da responsabilidade social das empresas. Há um trabalho extremamente intenso no sentido de fazer com que as empresas, na sua atuação, observem alguns patamares de comportamento. E esses patamares, padrões que hoje começam a ser, inclusive de forma didática, disseminados no meio empresarial, referem-se ao respeito ao meio ambiente, à ética nas relações empresariais, à diversidade na admissão e na composição dos empregados das empresas. Portanto, quando se fala na questão da responsabilidade social das empresas do terceiro setor, estamos tocando e trabalhando também em questões fundamentais como as da discriminação racial dentro da empresa, da ética e da corrupção.

No tocante à corrupção (e é muito apropriado o fórum da Comissão de Economia), hoje existem estudos que relatam que a corrupção traz um impacto violento em termos de economia, do desvio de recursos que poderiam ser aplicados em políticas públicas. O terceiro setor inclusive cuida do assunto, e, na área do combate à corrupção, inúmeras entidades, como Abong, Juizes pela Democracia, associações dos ouvidores e dos auditores do Brasil, todos esses setores uniram-se e criaram uma entidade do terceiro setor chamada Transparência Brasil, que integra um movimento internacional de combate a esse mal, com uma ação extremamente eficaz não só de denúncia, mas de construção de uma cultura de luta contra corrupção, incluindo as causas dessa prática, ligada a aspectos culturais, mas também aos procedimentos, aos estatutos que existem, às falhas legislativas do combate à corrupção.

Então, o primeiro ponto para o qual gostaria de chamar a atenção é o fato de que quando falamos de terceiro setor estamos também falando de um projeto estratégico para o País.

O segundo aspecto tem relação com o encaminhamento feito pelos Deputados no sentido do prosseguimento deste debate. Hoje, a questão do terceiro setor alcança, como foi já apontado aqui, outros segmentos da sociedade, como, por exemplo, a universidade. É extremamente importante que, no encaminhamento deste debate, a universidade também participe. Em São Paulo, temos três núcleos junto à universidade que estudam especificamente o terceiro setor, com uma atividade muito rica e muito intensa: um núcleo ligado à Fundação Getúlio Vargas, outro ligado à USP, Universidade de São Paulo, e outro ligado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Então, temos a participação da universidade na reflexão acerca do terceiro setor, tanto no que diz respeito ao caminho da filantropia, ou do novo caminho, o chamado "empoderamento", como no caminho mais político, na defesa da cidadania, e também neste terceiro caminho para o qual foi chamada a atenção, o da responsabilidade social das empresas.

Portanto, eu acredito que este debate vai enriquecer-se se incorporarmos a ele a universidade e também se conduzirmos o tema de forma que esta comissão possa inclusive realizar nos estados alguns seminários como este, que certamente serão programados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaques Wagner) - Eu passo a palavra ao Dr. Jorge Eduardo Durão.

O SR. JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURÃO - Acho importante explicitar que, para a Associação Brasileira de ONG e para suas quase 300 associadas, a questão da transparência é fundamental, e nesse ponto temos tomado inúmeras iniciativas próprias para facilitar o controle social sobre a atuação das nossas entidades; a Abong e várias ONG associadas têm inclusive sites na Internet pelos quais é muito fácil o acesso do público em geral a informações até financeiras sobre essas entidades. A Abong, no processo de elaboração e discussão da atual Lei das Oscip, batalhou para que houvesse mais controles públicos em relação ao acesso a recursos públicos. Tentamos valorizar o papel dos conselhos, mas infelizmente não conseguimos que isso fosse incorporado ao texto da lei.

Achei importante a fala do representante da Fundação Sirotsky, porque de fato há algo de errado com a Lei das Oscip. De outra maneira não se explicaria tão baixa adesão das entidades a essa qualificação. E, ao nosso ver, isso está ligado, como já havia dito na minha fala inicial, à falta de substância material do tão falado apoio ao terceiro setor, a ponto de que nós da Abong muitas vezes nos perguntamos se de fato, por trás do discurso governamental de fortalecimento do terceiro setor, existe efetiva vontade política ou apenas a intenção de justificar, de certa maneira, a retirada do Estado de suas responsabilidades com relação às políticas sociais, e não uma real posição de fortalecimento do terceiro setor.

Temos interesse em que seja efetivamente acelerado o processo de discussão sobre a legislação para o terceiro setor, mas temos um certo ceticismo em relação aos resultados de um processo que só envolva o conjunto de entidades que efetivamente integram este universo aqui representado, porque nós temos de lidar com determinadas resistências dentro da sociedade, e essas resistências são encadeadas. A resistência, por exemplo, da Receita Federal e do Ministério da Fazenda a incentivos fiscais para o terceiro setor está diretamente ligada ao temor de que qualquer brecha para a renúncia fiscal vá favorecer aquelas entidades que são lucrativas, mas que se escondem sob o manto de entidades sem fins lucrativos. Existe aí um conflito que tem de ser enfrentado.

Acho que a estratégia adotada para a implantação da Lei das Oscip de fazer algo paralelo à legislação previamente existente não deu certo. E o caso das entidades de assistência social torna-se uma contradição patente nesse processo, porque como esperar que entidades que gozam de imunidade tributária constitucional renunciem a essa imunidade para se qualificarem como organizações da sociedade civil de interesse público? Portanto, isso significa já uma barreira que a própria Lei das Oscip cria para que todas as entidades de interesse público se qualifiquem como Oscip. Então, há questões complexas, que geram várias resistências, tanto no âmbito estatal como no da sociedade civil, e eu não poderia deixar de mencionar minha preocupação de que esses bloqueios sejam enfrentados com a devida profundidade.

Obrigado. **O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jaques Wagner) - Passo a palavra ao Dr. João Roncati.

O SR. JOÃO RONCATI - Mais uma vez, gostaria de agradecer a esta Casa por nos receber tão gentilmente e dizer que, à frente deste grupo, sentimo-nos absolutamente acolhidos, uma vez que as palavras de todos os deputados que se pronunciam deixam clara a disposição de aprofundar o debate a partir da sua qualificação.

O terceiro setor é considerado hoje de forma reduzida. Ou é visto sob o antigo escopo da benemerência e, portanto, representado pelo número de pessoas que atende, ou é visto a partir da sua necessidade de relacionamento com o Estado, entremeada pela regulação de incentivos fiscais ou congêneres. E é necessário entender que o terceiro setor é muito maior do que essas duas instâncias. Elas fazem parte do seu universo, mas ele é muito maior do que isso, e a dimensão da sua atuação traz para este debate uma complexidade que precisa ser considerada. Essa complexidade é representada não só por essas duas frentes de discussão, mas principalmente pelos efeitos e resultados que o terceiro setor tem conseguido dentro da sociedade, como a redução de mortalidade infantil, a inclusão de indivíduos na esfera social, a redução do grau de analfabetismo e outros efeitos que no mínimo têm impacto na capacidade competitiva deste País no mundo globalizado.

Nós - participo do setor privado e sou voluntário no terceiro setor - sabemos quanto custa para as empresas e para o próprio Estado qualificar sua força de trabalho para competir enfrentando esse grau de analfabetismo, essas condições de saúde que atingem desde a primeira faixa de idade das nossas crianças de forma tão intensa. O País não conseguirá alcançar o grau de competitividade desejada se persistir essa realidade. O debate do terceiro setor é antes de mais nada um debate de mérito, e não apenas um debate financeiro. De mérito da sua existência nesta sociedade, da sua dimensão, da sua forma de representatividade e da sua forma de relacionamento com outros setores. O que nós trazemos para cá, e sentimo-nos acolhidos, é a consciência da necessidade de rapidamente qualificar este debate e fazer com que o terceiro setor possa sentir-se representado na legislação, e tenha sua identidade, então, clarificada, para que não seja mais confundido com organizações que têm interesses particulares, se não escusos, ou com organizações que atuam com interesses que não sejam públicos, com intenções que não sejam aquelas de corrigir deficiências desta sociedade diante daquilo que ela gostaria de ser. Então, trata-se, antes de mais nada, de uma qualificação do debate, uma requalificação do Estado de cidadania de toda a nossa população.

Muito obrigado por nos terem recebido e por terem tido a paciência de nos ouvir por tão longo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaques Wagner) - Quero, em nome da Comissão de Economia, em nome do Presidente Marcos Cintra, agradecer a todos os que aqui estiveram participando, como expositores, assistentes e também debatedores, e reafirmar, como já foi dito pelo Presidente da comissão, que a convocação deste seminário e a própria existência de uma subcomissão dentro da nossa Comissão de Economia, ainda que não seja específica, exatamente para a chamada economia solidária, informal, já demonstram o reconhecimento da importância desse setor. Entendo que a legislação deve ser a mais própria possível, para não burocratizar, mas também deve ter a capacidade de passar um pente fino no setor, como acaba de ser citado, porque no meio dos homens públicos e no meio da iniciativa privada vamos sempre encontrar interesses diferenciados, uns mais nobres, outros eventualmente recursos, e isso é próprio de uma sociedade plural. A transparência e, por isso, a democracia, instituição tão valiosa para todos nós, são caminhos que podem ser eficientes ~ que aos poucos separemos as coisas.

Eu, enquanto ouvia a intervenção do representante da Fundação Sirotsky e depois a do Presidente da Abong, pensava, numa reflexão, evidentemente, a respeito da continuidade deste trabalho, que hoje já demos apenas o primeiro passo. Pensava se

não poderíamos também introduzir nesse conceito - que sei que não é o principal, mas é muito importante - dos incentivos fiscais algo que na iniciativa privada é tido como muito natural: o conceito da produtividade, em vez de se pré-alocar ou pós-alocar, como premiação de algo efetivamente constatado, o aporte complementar, porque na verdade eu acho que o terceiro setor não deve ser substitutivo em relação às políticas públicas dos governos.

Eu disse pós-aportar até porque sou da iniciativa privada também, e, como funcionário, acostumei-me às premiações, às participações no lucro. No final, não sei se esse conceito pode ser adaptado para que o incentivo fiscal seja algo conseqüente exatamente da produtividade, mas da produtividade efetiva, constatada pelo principal interessado, que é a sociedade como um todo. Não sei se esse conceito é bem absorvido por quem está no terceiro setor. Mas quero somar-me aos Deputados Emerson Kapaz e Marcos Cintra, até porque a Comissão de Economia tem de certa forma a característica de ser fomentadora de debates, de criar massa crítica para esta Casa, e acho que o convite do Presidente é absolutamente sincero; quero, então, que haja retorno também o mais rapidamente possível.

Agradeço a todos e declaro encerrada a reunião.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº-- CEP 70165-900
Brasília-DF

OS nº 03683/2002